

GESTÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: AS NARRATIVAS DOS GESTORES ACERCA DA EVASÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA EJA DE PRAIA GRANDE-SP

Marcela Dias Pereira Costa ¹

Mariangela Camba ²

Ana Paula Gonçalves Pita ³

RESUMO

Os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) não devem ser vistos como uma dívida social ou uma tentativa de compensação por um tempo perdido, mas como indivíduos em constante movimento, inseridos em um espaço-tempo historicamente construído. Esta pesquisa qualitativa, ainda em andamento, tem como objetivo analisar, por meio das narrativas dos gestores escolares, as causas que levam os estudantes à evasão nos anos finais da EJA. Busca-se, assim, identificar caminhos para promover a permanência desses sujeitos e propor novos encaminhamentos às políticas públicas municipais voltadas à modalidade. Para responder à questão central do estudo, realizou-se um mapeamento sistemático da literatura, no período de 2020 a 2024, com consultas às bases Google Acadêmico, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Banco de Periódicos da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram analisadas dissertações, teses, artigos científicos, legislações e demais publicações pertinentes, utilizando descritores como: gestores da EJA, narrativas dos gestores, evasão escolar na EJA, entre outros. A pesquisa se fundamenta principalmente nas concepções de Freire (2001) com uma pedagogia como prática libertadora, que defendem uma educação comprometida com as especificidades e necessidades dos estudantes jovens e adultos, contribuindo para a redução da evasão e a valorização de suas trajetórias. Como produto educacional, propõe-se o Caderno de Ações Integradas para Permanência na EJA contendo propostas que atendam às demandas das escolas, dos docentes e, principalmente, dos estudantes, com foco na garantia do direito à aprendizagem e no fortalecimento do vínculo entre os sujeitos e o ambiente escolar.

Palavras-chave: Evasão da EJA, Políticas Públicas de EJA, Gestão de EJA.

INTRODUÇÃO

¹ Mestranda do Programa de Mestrado Profissional de Práticas Docentes de Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos - SP, anjumarcela@gmail.com;

² Professora Doutora do curso de Mestrado Profissional de Práticas Docentes de Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos - SP, mariangela.camba@unimes.br ;

³ Professora Doutora de Ensino Superior da Universidade Metropolitana de Santos - SP, anapaulagpita@gmail.com .



A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se como política pública de reparação histórica no Brasil, voltada à garantia do direito à escolarização de sujeitos cujas trajetórias educacionais foram interrompidas por desigualdades sociais, econômicas, culturais e estruturais. Historicamente foi negligenciada, sendo assim a EJA emerge em um cenário de disputas políticas e epistemológicas, atravessando fases que vão da catequização e domesticação das populações oprimidas no período colonial (Haddad & Di Pierro, 2000) à construção de uma agenda de afirmação de direitos, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que consagram o princípio da educação ao longo da vida como dever do Estado e direito de todos os cidadãos.

Contudo, apesar de avanços legais, a modalidade enfrenta descontinuidades políticas, fragilidade de financiamento e invisibilidade nas agendas públicas, o que reproduz desigualdades e inviabiliza o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

Segundo Santos e Vasconcelos (2023), políticas educacionais efetivas demandam intencionalidade redistributiva, participação social e reconhecimento das especificidades dos sujeitos atendidos. No contexto da EJA, isso significa superar práticas homogêneas e assistencialistas e construir processos pedagógicos que promovam pertencimento, autonomia e emancipação, ratificando os preceitos de Freire, de que a educação é ato de amor, escuta e libertação (Freire, 1987; 1996; 2001).

É nesse marco teórico e político que se insere esta pesquisa, desenvolvida na rede municipal de Praia Grande-SP, com foco na evasão escolar, fenômeno que representa não apenas o rompimento de um vínculo educacional, mas a interrupção de projetos de vida e o reforço das desigualdades históricas. Observou-se, no pós-pandemia, uma queda significativa nas matrículas e um aumento da evasão, impulsionados por fatores como condições de trabalho, responsabilidades familiares, vulnerabilidade socioeconômica, metodologias pouco contextualizadas e práticas institucionais rígidas. Tais elementos apontam para a necessidade de repensar políticas de permanência articuladas entre gestão, currículo e território.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar por meio das narrativas de gestores da EJA de Praia Grande-SP, os motivos pelos quais os estudantes da EJA de Praia Grande evadem. Para isso, o foco da pesquisa foi acerca da evasão escolar, identificando as práticas docentes e os desafios da gestão educacional para garantia da permanência dos



estudantes, propondo estratégias formativas e culturais que ampliem o vínculo com a escola.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de questionário, entrevistas semiestruturadas, análise documental e estudo histórico-político, acompanhada do grupo focal e de Análise do Discurso para interpretação dos resultados.

Os achados revelam que a evasão é multifatorial, envolvendo dimensões socioeconômicas, pedagógicas, institucionais e subjetivas. Evidencia-se que a permanência exige não apenas políticas públicas contínuas e formação docente, mas também cultura escolar de acolhimento, flexibilização e participação comunitária.

Como produto interventivo, propõem-se “Caderno de Ações Integradas para Permanência na EJA”, instrumento político-pedagógico destinado a fortalecer ações de gestão democrática, vínculos afetivos e práticas educativas significativas.

Em síntese, a pesquisa demonstra que garantir o direito à educação na EJA ultrapassa a oferta de vagas: requer o reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos e histórias, o engajamento da gestão na escuta e no planejamento coletivo, e práticas culturais que afirmem pertencimento e dignidade. Portanto, a permanência na EJA deve ser compreendida como ato pedagógico, político e ético, condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se no paradigma interpretativo, buscando compreender significados, percepções e experiências de gestores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Praia Grande-SP no que diz respeito à evasão escolar e às estratégias institucionais de permanência. A escolha desse enfoque relaciona-se à natureza do objeto investigado, que envolve sujeitos, trajetórias, políticas públicas e práticas educacionais inseridas em contextos sociais e históricos específicos.

A pesquisa adotou os seguintes procedimentos complementares:

- estudo bibliográfico e documental acerca da história, legislação e políticas públicas de EJA no Brasil;
- levantamento estatístico preliminar junto à Secretaria Municipal de Educação;
- aplicação de questionário on-line com gestores escolares;



- realização de entrevistas semiestruturadas, em formato de grupo focal;
- análise de documentos institucionais da rede municipal referentes à organização da EJA;
- coleta e registro de práticas pedagógicas associadas ao produto educacional.

A triangulação de fontes e métodos possibilitou maior consistência e credibilidade na interpretação dos achados.

O convite foi direcionado a todos os gestores das quatro unidades de EJA do município, no entanto, apenas 4 gestores participaram ativamente do grupo focal, sendo 1 diretor, 1 pedagogo comunitário e 2 assistentes técnicos pedagógicos.

Quadro 1 – Instrumentos de Pesquisa

Instrumento	Finalidade	Participantes
Questionário on-line	Identificação de percepções gerais sobre evasão e permanência	Gestores escolares da rede
Entrevistas semiestruturadas (grupo focal)	Exploração aprofundada das experiências e práticas de gestão	Equipe gestora participante
Pesquisa documental	Análise do marco normativo e dados institucionais	Centro de Memórias da Educação
Observação e registro de práticas	Subsídio ao desenvolvimento do Produto Educacional	Gestores, docentes e estudantes

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados foram examinados por meio da Análise do Discurso, permitindo identificar categorias temáticas relacionadas às causas da evasão, desafios de gestão e práticas de permanência.

A pesquisa respeitou princípios éticos de confidencialidade, privacidade e integridade dos participantes. A participação foi voluntária, condicionada à ciência e à concordância dos sujeitos, assegurando direito de recusa e de interrupção sem prejuízo.

Por tratar-se de investigação com servidores públicos no exercício profissional, sem envolvimento de menores de idade e sem coleta de dados sensíveis, e considerando diretrizes do Mestrado Profissional e normativas institucionais da UNIMES, a pesquisa demandou submissão ao Comitê de Ética sendo aprovado e respeitado os preceitos éticos.



REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se, historicamente, como resposta às desigualdades educacionais, fruto de um processo social marcado por exclusão e negação de direitos. Sua trajetória no Brasil revela disputas ideológicas, políticas e epistemológicas relacionadas ao acesso ao conhecimento, à justiça social e à democratização da educação. Pensar a evasão na EJA, portanto, implica reconhecer que ela está imersa em um contexto estrutural de desigualdades que se perpetuam ao longo do tempo.

A EJA como política histórica de reparação social

Durante o período colonial e imperial, a escolarização era reservada às elites e vinculada ao projeto civilizatório eurocêntrico, negando o direito à educação às populações indígenas e negras escravizadas (Haddad & Di Pierro, 2000). A relação entre alfabetização e dominação social inaugura uma dualidade que atravessa a história educacional brasileira: educação como emancipação ou como controle.

No século XX, iniciativas de alfabetização popular, como as campanhas dos anos 1950-60, buscavam democratizar o acesso ao ensino, tendo em Paulo Freire uma referência fundamental de pedagogia crítica e dialógica. Sua concepção de educação como prática da liberdade (Freire, 1987) rompeu com o caráter assistencialista e bancário da educação, defendendo a formação de sujeitos protagonistas e conscientes de sua realidade.

Com o golpe militar de 1964, esse movimento foi interrompido, e programas como o MOBRAL assumiram caráter compensatório e tecnicista, reforçando a lógica adaptativa e não emancipatória. Apenas com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) a EJA passa a ser reconhecida como direito educacional e modalidade da Educação Básica, ainda que a concretização desse direito tenha avançado de forma lenta e desigual.

Marco legal e desafios contemporâneos

A política pública para EJA situa-se em um cenário de discontinuidades governamentais, fragilização institucional e baixo investimento estatal. A ausência de políticas continuadas reforça a vulnerabilidade da modalidade e amplia a possibilidade de evasão.



Nos últimos anos, a agenda nacional se reestrutura com o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da EJA (Decreto nº 12.048/2024) e a nova resolução do CNE (2025), que consolida a EJA como modalidade plena, com diretrizes específicas de financiamento, currículo e avaliação. Esse marco rompe com a ideia histórica de “supletividade” e reafirma seu caráter reparatório, emancipador e permanente.

Evasão escolar na EJA: um fenômeno multidimensional

Segundo Arroyo (2005), existem diversos motivos que levam às desistências consecutivas, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. O principal fator para a não conclusão dos anos finais do ensino regular e especialmente para o ensino médio, é a necessidade precoce de ingresso no mercado de trabalho, por isso é urgente pensar em políticas que atendam à essa transição.

A evasão na EJA deve ser compreendida como fenômeno complexo e multifatorial, relacionado tanto a condições externas quanto a práticas institucionais. Estudos apontam fatores como:

- vulnerabilidade social e econômica;
- longas jornadas de trabalho e cuidado familiar;
- trajetórias escolares interrompidas e baixa autoestima acadêmica;
- currículos pouco flexíveis e metodologias descontextualizadas;
- cultura escolar pouco acolhedora;
- ausência de políticas municipais de permanência.

Freire (2001) ressalta que não basta garantir o acesso, é preciso assegurar condições para permanência, afeto e pertencimento, com escolas democráticas e dialógicas.

A causa do abandono escolar é diversa, é preciso entender que fatores internos à instituição escolar como o acolhimento, a metodologia dos professores, *bullying*, o planejamento pedagógico, propiciam tanto, quanto fatores externos como, a falta de interesse pela escola, gravidez, as desigualdades sociais, necessidade de cuidar de familiares.

Os dados relativizados são do ensino regular:



Entre os principais motivos para abandonar os estudos está a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar. Segundo o estudo Educação brasileira em 2022 – A voz de adolescentes, realizado pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec) para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 48% dos adolescentes entrevistados deixaram de estudar porque precisavam trabalhar. Em seguida, 30% disseram não mais frequentar a escola por não conseguirem acompanhar as explicações ou atividades passadas pelos professores (Unicef, Educação brasileira em 2022, 2022, p.11-12).

Gestão educacional e permanência na EJA

A gestão educacional emerge como elemento estratégico para promover políticas de permanência e cultura escolar acolhedora. Souza (2007) reforça que políticas de Estado exigem participação social, coexistência de atores e articulação entre diferentes níveis de governo. Em diálogo com a gestão democrática e com a concepção freireana, esse estudo compreende que o combate à evasão demanda escuta ativa dos sujeitos, flexibilização institucional, integração entre escola, território e comunidade, formação continuada de gestores e professores e práticas culturais como vínculos de pertencimento.

Nesse sentido, iniciativas como o “Caderno de Ações integradas” articulam prática pedagógica, política pública e gestão democrática, criando espaços de acolhimento e valorização das identidades e trajetórias de vida dos estudantes — elementos centrais para sua permanência e sucesso escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados junto aos gestores da EJA da rede municipal de Praia Grande-SP permitiu identificar quatro categorias analíticas principais relacionadas ao fenômeno da evasão e às práticas institucionais para sua mitigação. A construção dessas categorias emergiu da recorrência temática e da articulação discursiva dos participantes, permitindo compreender como a evasão é entendida e enfrentada no contexto estudado.

Categorias Analíticas

Condições de vida e trabalho dos estudantes

A evasão aparece fortemente associada à precarização das condições de existência dos sujeitos da EJA. Gestores destacaram longas jornadas de trabalho, cuidado com filhos e dificuldades financeiras como barreiras para permanência.



“Nossos estudantes não deixam a escola porque querem, mas porque a vida empurra” (Gestor 3).

Essa constatação dialoga com Haddad e Di Pierro (2000), que associam o abandono escolar no Brasil a desigualdades históricas. Ela também reforça Freire (1987), ao afirmar que sujeitos oprimidos não são culpados por condições que lhes são impostas estruturalmente.

Organização escolar e práticas institucionais

Foram citadas limitações como horários rígidos, pouca oferta de flexibilização curricular e ausência de mecanismos sistemáticos de busca ativa, indicando fragilidades no desenho institucional.

Quadro 2 – Aspectos Institucionais Relacionados à Evasão

Elemento observado	Evidência empírica
Horário inflexível	“Muitos trabalham em escala e não conseguem vir todo dia”
Falta de mediação tecnológica	“Nem todos têm acesso à plataforma ou internet”
Formalização excessiva	“Certas exigências burocráticas afastam”
Ausência de monitoramento contínuo	“Não conseguimos acompanhar todos que faltam”

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esse cenário é confirmado por Raeder (2014), ao afirmar que a EJA exige modelos pedagógicos flexíveis e dialógicos.

Metodologia e vínculo pedagógico

A dimensão pedagógica emergiu como central: gestores apontaram que o vínculo afetivo, a contextualização curricular e o reconhecimento das trajetórias dos estudantes são diferenciais para permanência.

Quadro 3 – Fatores Pedagógicos Positivos e Negativos Percebidos

Fatores que favorecem permanência	Fatores que favorecem evasão
Projetos culturais e interdisciplinares	Aulas expositivas e descontextualizadas
Acolhimento e escuta	Relações autoritárias
Uso de narrativas e histórias de vida	Falta de mediação personalizada
Valorização das identidades	Invisibilidade dos sujeitos

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Essa categoria converge com Freire (1996), para quem a construção de laços e o reconhecimento dos estudantes como sujeitos são pilares da educação emancipadora.



Gestão democrática e ações para permanência

Os gestores reconhecem a necessidade de ações articuladas de acolhimento, cultura e participação comunitária. Apontam iniciativas como busca ativa, escuta pedagógica e rodas de conversa, mas destacam a ausência de política municipal formal.

“Quando fazemos sarau, assembleia ou evento comunitário, ninguém falta. Eles querem estar juntos” (Gestor 2).

Essa fala sustenta a pertinência do Sarau FestEJA^r como ferramenta de inclusão, pertencimento e permanência — em alinhamento com Arroyo (2006), ao defender a escola como espaço de dignidade e humanização.

Síntese Interpretativa

Os dados revelam que a evasão na EJA não é um fenômeno individualizado, mas socialmente condicionado. Ela emerge:

- de fatores estruturais, como pobreza e trabalho precário;
- de desafios institucionais, como inflexibilidade e ausência de políticas sistematizadas;
- de práticas pedagógicas insuficientes, quando não dialógicas;
- da necessidade de gestão democrática e humanizadora.

Assim, confirma-se a leitura de que a permanência exige políticas públicas articuladas, formação docente, ações culturais e escuta ativa, reafirmando o que dizem Freire (2001) e Santos & Vasconcelos (2023).

Quadro 4 - Síntese Parcial dos Achados

Dimensão	Achado central	Implicação prática
Social	Vulnerabilidade e trabalho impactam frequência	Articulação intersetorial e apoio social
Institucional	Falta de flexibilização e monitoramento	Políticas municipais e gestão democrática
Pedagógica	Acolhimento e cultura fortalecem permanência	Formação continuada e projetos culturais
Política	EJA como direito e reparação	Implementação do Manifesto EJA VIVA

Fonte: Elaborado pela autora (2025).



Os resultados demonstram que a permanência na EJA depende de uma abordagem sistêmica, afetiva e reparatória. A evasão não é falha individual: é expressão de desigualdades e da ausência de políticas permanentes. Fortalecer vínculos, cultura e gestão democrática é caminho ético, político e pedagógico para transformar realidades e dar sentido ao papel social da EJA como movimento de vida, dignidade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou as percepções e práticas da gestão escolar frente à evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Praia Grande-SP, evidenciando que esse fenômeno permanece associado a condicionantes históricos, sociais, econômicos e pedagógicos. Em consonância com a literatura crítica, os achados indicam que a evasão não deve ser atribuída ao estudante, mas à interseção entre desigualdades estruturais, insuficiência de políticas públicas contínuas e práticas escolares ainda pouco flexíveis.

O estudo demonstrou que o enfrentamento à evasão na EJA exige ações integradas entre gestão escolar, comunidade, políticas públicas e práticas pedagógicas dialógicas e culturalmente significativas. Ficou evidente que iniciativas de acolhimento, escuta ativa, flexibilização curricular, busca ativa e valorização das identidades dos estudantes contribuem significativamente para o fortalecimento do vínculo com a escola e, conseqüentemente, para a permanência. Esses achados reforçam a concepção freireana de educação enquanto prática humanizadora, capaz de reconhecer os sujeitos e suas trajetórias como pilares do processo educativo.

Como contribuição prática, o estudo gerou o Caderno de Ações Integradas para Permanência na EJA, instrumento concebido para inspirar e apoiar a gestão escolar na construção de espaços de pertencimento, cultura e diálogo. Trata-se de uma proposta que transcende o plano teórico ao propor estratégias viáveis e replicáveis em outras redes de ensino, contribuindo para a consolidação de uma cultura de permanência e de fortalecimento da EJA enquanto política pública de reparação e justiça social.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa amplia o debate acerca da EJA como campo legítimo de produção de conhecimento e reforça a importância de abordagens investigativas que valorizem a escuta dos sujeitos, a análise de seus contextos e a



construção de práticas pedagógicas e políticas fundamentadas na equidade e na dignidade humana. A valorização dessa modalidade educacional demanda, ainda, o contínuo fortalecimento de estudos que articulem gestão democrática, políticas públicas e inovação pedagógica.

Considerando as especificidades da EJA e as transformações contemporâneas, recomenda-se a continuidade e ampliação de pesquisas que examinem, entre outros aspectos: políticas públicas intersetoriais para permanência; formação continuada de gestores e docentes para atuação crítica e humanizadora; troca de experiências culturais como estratégia de pertencimento e emancipação dos sujeitos da EJA; metodologias ativas e projetos comunitários como dispositivos pedagógicos; as adolescências da EJA; EJA X gênero.

A pesquisa reafirma que garantir o direito à educação na EJA não é apenas uma demanda escolar, mas sobretudo um compromisso ético, político e social com sujeitos historicamente privados de direitos. Portanto, fortalecer essa modalidade é condição para a construção de um projeto de sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. *Outra educação é possível: refazendo caminhos*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ARROYO, M. G. *Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs.). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 12.048, de 27 de março de 2024. *Institui o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde (CNS). Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução CNE/CEB, 2025. *Estabelece as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC/CNE, 2025.



COSTA, A. *Políticas públicas e reprodução das desigualdades sociais*. São Paulo: Cortez, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. *Educação de jovens e adultos: um campo em construção*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 21, n. 72, p. 5-27, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

RAEDER, S. *Currículo e EJA: percursos e possibilidades*. Porto Alegre: Mediação, 2014.

SANTOS, H.; VASCONCELOS, J. *Políticas de equidade e gestão educacional no Brasil contemporâneo*. Brasília: ANPAE/INEP, 2023.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação de Praia Grande. *Relatórios de matrícula e permanência da EJA*. Praia Grande: SME, 2020-2024.

SOUZA, C. Estado, governo e políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, p. 69-94, 2007.

